

**ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL – ESAB
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PLANEJAMENTO
EDUCACIONAL E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

CLAUDINEI ALVES SANTANA

**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS EM CURSO
PROFISSIONALIZANTE DE FARMÁCIA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

**VILA VELHA - ES
2010**

CLAUDINEI ALVES SANTANA

**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS EM CURSO
PROFISSIONALIZANTE DE FARMÁCIA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior da Escola Aberta do Brasil como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação, sob orientação da Profa. Luciana Genelhú Zonta

**VILA VELHA - ES
2010**

CLAUDINEI ALVES SANTANA

**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS EM CURSO
PROFISSIONALIZANTE DE FARMÁCIA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Monografia aprovada em de de 2010

Banca Examinadora

**VILA VELHA - ES
2010**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa que
SEMPRE deseja o melhor para mim e a
nossa família.

AGRADECIMENTO

Á Deus por me capacitar nesta difícil jornada,

Á minha esposa por me ajudar apesar do tempo limitado,

Aos alunos que responderam ao questionário e por acreditarem que respostas importantes poderiam ser encontradas

RESUMO

Palavras-chave: Evasão, profissionalizante, conhecimento

A Evasão escolar é o que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola regularmente e fica caracterizado o abandono escolar, e historicamente é um dos tópicos que faz parte dos debates e análises sobre a educação pública. Muitas vezes este debate não penetra nas instituições de ensino privadas, aos quais também sofrem com este processo. O ensino profissionalizante é sem dúvida a forma mais rápida de ascensão profissional por parte da grande maioria dos estudantes que não podem por questões financeiras cursar uma faculdade e concluir um curso superior. Neste universo temos o curso técnico em farmácia como uma oportunidade dos alunos de ingressar no mercado profissional ao menor tempo e custo financeiro.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como princípio caracterizar o aluno em evasão escolar de 2 colégios que oferecem o técnico em farmácia do Estado de São Paulo afim de proporcionar um maior conhecimento sobre estes alunos nas variáveis: sexo, local de moradia, renda familiar, razões que justifiquem a evasão escolar e etc.

Os dados coletados em junho/10 mostraram que dos 27 alunos avaliados, 81,5% são do sexo feminino e 50% residem na região leste da cidade de São Paulo. A maioria dos alunos (57,7%) cogitaram desistir do curso pela 1º vez após terem cursado 6 meses do curso técnico..

A dificuldade financeira (18,5%) foi à principal justificativa para a evasão escolar e 42,3% dos alunos acreditam que perderam a oportunidade de ganhar conhecimento. Dos 27 alunos 70,4 % recomendariam os colégios que estudaram e 80% retornariam a estudar no curso técnico em farmácia em outro momento.

Frente a estes resultados observamos que a evasão escolar é um tema importante e deve ser conhecido e explorado pelas Instituições de ensino para a elaboração de projetos pedagógicos e administrativos. O conhecimento sobre as causas e conseqüências da evasão escolar proporcionará a escola um aumento de desempenho para estes alunos que demonstram ter consciência da necessidade do aprendizado e conhecimento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil dos alunos em relação ao gênero.....	43
Gráfico 2. Perfil dos alunos em relação a região de moradia	43
Gráfico 3. Período durante o curso em que os alunos cogitaram a possibilidade de evasão escolar.	44
Gráfico 4. Renda familiar.....	44
Gráfico 5. Razões da evasão escolar.....	45
Gráfico 6. Oportunidade pessoal “perdida” após a evasão escolar	45
Gráfico 7. Percepção da “qualidade de vida” após a possível evasão escolar.....	46
Gráfico 8. Retorno ao curso técnico em farmácia após a evasão escolar	46
Gráfico 9. Recomendação do colégio em que estuda aos amigos e familiares	47
Gráfico 10. Avaliação geral dos colégios técnicos na perspectiva do aluno	47

LISTA DE SIGLAS

FINACI	Faculdade de Tecnologia Instituto Nacional de Educação Integral
CeFACS	Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Ciência da Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
CEETEPS	Centro de Educação Tecnológica Paula Souza
Etecs	Escolas Técnicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
MEC	Ministério da Educação
ETEs	Escolas Técnicas Estaduais
ETAEs	Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais
FATEC-SP	Faculdade de Tecnologia de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
JUSTIFICATIVA	11
OBJETIVO GERAL	12
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
METODOLOGIA DA PESQUISA	13
CAPÍTULO 1 – ENSINO PROFISSIONALIZANTE E EVASÃO ESCOLAR	14
CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	17
2.1- ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNDO	18
2.2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
CAPÍTULO 3 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SÃO PAULO	29
3.1 - Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).....	29
3.2 – INACI - Instituto Nacional de Cultura Integral.....	31
3.3 – CeFACS - Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Ciências da Saude	32
CAPÍTULO 4 – O PERFIL DO TÉCNICO EM FARMÁCIA	33
4.1 - Formação e Evolução na Carreira	35
4.2 - Condições de Trabalho.....	36
4.3 - Perspectivas	36
CAPÍTULO 5 - EVASÃO ESCOLAR	38
5.1 - Causas da Evasão:.....	38
CAPÍTULO 6 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
CAPÍTULO 7 – RESULTADOS	43
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIA	50
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

Evasão escolar é o que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola e fica caracterizado o abandono escolar, e historicamente é um dos tópicos que faz parte dos debates e análises sobre a educação.

A evasão escolar é um dos fenômenos que desafia governos, educadores e toda a sociedade ao longo do tempo. Um país com a diversidade sócio-econômica e cultural como o Brasil, tem problemas da mesma natureza e que se avoluma no sentido proporcional. (BISSOLI, 2010, p.1)

Segundo, BISSOLI (2010) a evasão escolar trata-se do abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo. Quando se busca saber quais as causas que levam a essa decisão, verifica-se que são muitas relacionadas aos problemas familiares, à necessidade que o aluno tem que trabalhar para ajudar no orçamento familiar, não gostar de estudar, não entender o que o professor ensina, e assim por diante.

Queiroz (2010) relata que a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças, jovens e adultos que chegam à escola, mas, que nela não permanecem.

Diversas causas podem determinar a evasão escolar dentre elas: escola não atrativa, professores despreparados, alunos desinteressados, alunos com problema de saúde, gravidez precoce, pais irresponsáveis, desinteresse em relação aos filhos, trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, drogas, etc.

Para Araujo (2010) a Educação Profissional e Tecnológica atravessa um grande momento, graças às decisões de um governo que demonstra profunda compreensão do valor estratégico da mesma para o desenvolvimento nacional.

Na perspectiva de Cruz (2010) a formação técnica profissionalizante é uma questão que vem sendo motivo de debate no Brasil, objetivando buscar nessa capacitação profissional a absorção de um contingente maior e mais qualificado para o mercado de trabalho, gerando com isso emprego renda e conseqüentemente o desenvolvimento sócio-econômico.

JUSTIFICATIVA

A evasão escolar é um ponto preocupante para todos os envolvidos: alunos, pais, professores e instituição de ensino. A evasão escolar no primeiro momento não apresenta nenhuma vantagem.

Diante desta situação como Coordenador do Curso Técnico em Farmácia do Colégio FINACI (Faculdade de Tecnologia Instituto Nacional de Educação Integral) e Docente do CeFACS (Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Ciência da Saúde) despertou em mim o interesse de identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar dos alunos que estudam no curso.

Infelizmente somente identificar as razões para a evasão não é a solução total dos problemas. A partir do conhecimento das razões da evasão é possível planejar ações institucionais para diminuir está situação.

OBJETIVO GERAL

Analisar as causas e conseqüências da evasão escolar entre jovens e adultos no curso técnico em farmácia do Colégio Técnico FINACI e CeFACs da cidade de São Paulo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Realizar pesquisa teórica sobre o ensino profissionalizante no Mundo e no Brasil
2. Realizar pesquisa teórica sobre o curso profissionalizante no Estado de São Paulo e no Colégio Técnico FINACI e CeFACS
3. Caracterizar o perfil sócio-econômico dos alunos desistentes do curso técnico em farmácia do Colégio Técnico FINACI e CeFACS do Estado de São Paulo
4. Identificar qual o perfil do aluno propenso a desistir do curso, bem como as causas da desistência
5. Identificar as conseqüências da desistência na perspectiva do aluno
6. Sugerir ações institucionais que possam intervir na tomada de decisão do aluno quanto ao abandono do curso

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa trata-se de um estudo retrospectivo descritivo analítico (quantitativo e qualitativo), no qual foi aplicado um instrumento padronizado (questionário) para coleta das informações.

Os alunos incluídos no estudo foram aqueles matriculados e cursando o curso técnico em farmácia do Colégio Técnico FINACI e CeFACS, ambos do Estado de São Paulo, e que cogitaram desistir do curso ao pelo menos uma vez em algum momento. Esta pergunta foi feita aos alunos em junho de 2010.

Foram 27 alunos que responderam positivamente a esta pergunta. Os quais foram entregues o questionário padronizado (anexo 1).

Os dados coletados foram analisados através do Programa Estatístico SPSS v.17 e os gráficos gerados em Excel.

CAPÍTULO 1 – ENSINO PROFISSIONALIZANTE E EVASÃO ESCOLAR

O ensino profissionalizante é um dos caminhos para se atender a demanda profissional de grande parte da população jovem do país, em consequência de muitos estudantes não ingressarem nas universidades.

A proposta, nos últimos anos, tem se tornado uma forma dos mesmos adquirirem uma qualificação profissional que dê estrutura para se encaixar no mercado de trabalho.

Os cursos técnicos estão voltados para as áreas da saúde, informática, administração, agricultura, comércio, educação, meio ambiente, turismo, dentre outras. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2010 np)

Educação profissional é um conceito de ensino abordado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004. (WIKIPEDIA, 2010np)

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados ao acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações.

Há três níveis de educação profissional segundo a legislação brasileira:

Nível básico: Voltado para pessoas de qualquer nível de instrução e que pode ser realizado por qualquer instituição de ensino.

Nível técnico: Voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação. Há a opção

de se fazer esses cursos integrados com o ensino médio ou separados, a partir do término do 2º ano do ensino médio. (WIKIPEDIA, 2010np)

Nível tecnológico: Realizado apenas por instituição de ensino superior (faculdades ou universidades). Pode ser realizado como graduação ou pós-graduação.

A educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. A educação profissional deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Para Queiroz (2010) a evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular.

São várias e as mais diversas as causas da evasão escolar ou infreqüência do aluno. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira: (FERREIRA, 2010np)

- *Escola:* não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.

- *Aluno:* desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.

- *Pais/responsáveis:* não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.

- *Social:* trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. (QUEIROZ, 2010np)

CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Nos primeiros estágios da civilização o aprendizado de ofícios não possuía expressão educativa alguma e era considerada quase dissociada dos processos de educação.

Através dos séculos, esta situação foi se transformando e os jovens destinados à aprendizagem, alojavam-se nas casas dos mestres, deixando a casa paterna, mas recebendo, em contrapartida, um tratamento paternal, hábito adquirido na Idade Média.

Portanto, existiam duas situações independentes: a primeira delas, para as profissões manuais, nas quais os ensinamentos aconteciam em locais de trabalho ou em oficinas destinadas à produção, enquanto para o desenvolvimento intelectual dos jovens eram utilizadas as escolas: guardadas as devidas proporções.

As sugestões no sentido de unir as atividades manuais ao ensino intelectual começaram a surgir nos séculos XVI e XVII. Após longo período em que essas idéias não saíram do plano subjetivo, as novas teorias iriam modificar lentamente a filosofia da educação vigente à época.

Lutero propôs um sistema de educação para os trabalhadores, o qual foi desenvolvido e modificado por Comenius.

Hartlib, Petty e Locke partilhavam da opinião que os processos educacionais poderiam ser seguramente melhorados com os trabalhos manuais, os quais dariam caráter mais práticos e científicos. (MALUF, 2010 p.21)

O conceito e o pensamento de sua obra educacional afirmava que os trabalhos manuais funcionariam como veículo para aumentar a capacidade intelectual da criança. Nesta nova concepção encontramos em 1774, com Kindermann, a criação de escolas indústrias, juntamente com trabalhos invasores de Pestalozzi.

Embora o século XVII assistisse a várias experiências no sentido de engajar os trabalhos referentes aos ofícios no plano geral da educação, esta integração apenas será concretizada ao início do século seguinte.

2.1- ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNDO

Não pode ser admitida fronteira demarcante entre Educação geral e Educação Técnica no momento em que visamos à formação plena do indivíduo. Pela própria dinâmica epistemológica de cada uma delas, qualquer tentativa de conceituação correrá o risco de ser imprecisa.

No entanto podemos tecer algumas considerações sobre essa dicotomia. Educação geral e educação técnica, principalmente se forem levados em conta o homem, seu processo permanente de evolução em sua busca constante de conhecimentos.

Mesmo para o estudo de técnicas, encontramos como pressuposto a educação geral, a qual busca propiciar o desenvolvimento intelectual necessário para a formação profissional.

Essa formação constituiu um conjunto de técnicas fins que visam uma atividade social sendo, ainda, o elemento central no equilíbrio da personalidade, além de permitir pleno sentido de integração na vida coletiva.

Ao limitar o aprendizado somente à Educação Geral, a educação tradicional restringe o ser humano, impossibilitando-o de interagir com sua sociedade. A Educação Técnica, no momento que dá acesso ao universo técnico-específico, introduz os conhecimentos da Educação Geral nos caminhos que levam a uma integração essencial, preparando o jovem para o fazer e o compreender.

Na realidade, não estamos falando de treinamento, mas de formação profissional, a qual tem como objetivo maior dar uma base de conhecimentos (humanísticos, científicos e técnicos), capacitando o jovem em formação e permitindo-lhe atuar de forma útil e competente na sociedade em que está inserido.

A Educação Técnica Mundial apresenta quatro grandes Sistemas: (MALUF, 2010 p.18)

- 1- **Dual:** utilizado na Alemanha, Áustria e Suíça sendo caracterizado por um sistema de aprendizagem no qual, após dez anos de escolaridade regular, os alunos ingressam na condição de empregado, fase em que ainda será devidamente auxiliado na escola. Utiliza dois dias da semana para freqüentar aulas de língua, matemática, ciências, tecnologia e disciplinas relativas que está exercendo. Nos três demais dias, dedica-se ao trabalho sob a orientação de um mestre.
- 2- **Francês:** caracteriza-se por uma estrutura formal pública. Possui rígidos currículos, tem uma ligação limitada com o mercado de trabalho, permite acesso à universidade e não é muito sensível às necessidades das empresas.
- 3- **Americano:** Esta modalidade mantém o mesmo currículo até o 12º ano de escolaridade. O Aluno aprende tudo em uma mesma escola, conhecida como escola diversificada ou politécnica, sem levá-lo, entretanto, a uma habilitação profissional, da forma como é entendida no Brasil. Esse sistema é dispendioso, não sendo, portanto, atraente para países menos desenvolvidos.
- 4- **Misto:** Grande parte dos países latino-americanos entre eles o Brasil, adotam sistema análogo ao francês e, na parte de estágios, assemelha-se ao dual acrescido, eventualmente, de características regionais.

2.2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No Período Imperial (1822 a 1888), surgem registros de caráter assistencialista da educação profissional no Brasil, principalmente destinados a amparar órfãos e os demais “desvalidos da sorte”. Em 1809, um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o “Colégio das Fábricas”. (VIEIRA, 2010 p.1)

Posteriormente, em 1861, foi organizado, por Decreto Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado. Foram criadas também, várias sociedades civis destinadas a amparar crianças órfãs e abandonadas - as mais importantes delas foram os Liceus de Artes e Ofícios, dentre os quais destacamos os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). (VIEIRA, 2010 p.2)

Durante a “República Velha” (1889 a 1929), deu-se o início de um esforço público de organização da educação profissional, migrando, da preocupação principal com o atendimento de menores abandonados para uma outra preocupação, preparar operários para o exercício profissional. (VIEIRA, 2010 p.2)

Em 1906, o ensino profissional passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolida-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. (VIEIRA, 2010 p.2)

Por iniciativa de Nilo Peçanha, em 1910, são instaladas dezenove escolas de aprendizes artífices destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas nas várias Unidades da Federação. Eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, voltadas basicamente para o ensino industrial, mas custeadas pelo próprio Estado. No mesmo ano foi reorganizado, também, o ensino agrícola no País, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. (VIEIRA, 2010 p.2)

Durante a década de 10 foram instaladas várias escolas-oficinas destinadas à formação profissional de ferroviários, que desempenharam importante papel na história da educação profissional brasileira ao se tornarem os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte. (VIEIRA, 2010 p.2)

Na década de 20, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos “desafortunados”. (MEC, 2010)

Na “República Nova” (1930 a 1936), mais exatamente no ano de 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, também foi efetivada uma reforma educacional que levou o nome do Ministro Francisco Campos e que prevaleceu até o ano de 1942, ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, popularmente conhecidas como “Reforma Capanema”. (VIEIRA, 2010 p.2)

Em 1932 veio o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação e, nesse mesmo ano, realizou-se a “V Conferência Nacional de Educação”, cujos resultados refletiram na Assembléia Nacional Constituinte de 1933. A Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de educação, ao estabelecer como competências da União as de “traçar diretrizes da educação nacional”. (VIEIRA, 2010 p.2)

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), com a Constituição outorgada de 1937, muito do que foi definido em matéria de educação em 1934 foi abandonado. Entretanto, pela primeira vez, uma Constituição trata das “escolas vocacionais e pré-vocacionais”, como um dever do Estado para com as “classes menos favorecidas” (Art. 129). Essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, as chamadas “classes produtoras”, as quais deveriam “criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”. (VIEIRA, 2010 p.2)

A partir de 1942 são baixadas, por Decreto, as conhecidas “Leis Orgânicas” da educação nacional: Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial (1942), Ensino Comercial (1943) e Ensino Primário e do Ensino Agrícola (1946). Propiciou a criação de entidades especializadas como o SENAI (1942) e o SENAC (1946), bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas. (VIEIRA, 2010 p.2)

Ainda em 1942 o Governo Vargas, por um Decreto-Lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação profissional, e por outro Decreto-Lei dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com estas providências, a educação profissional se consolidou no Brasil, muito embora ainda continuasse a ser concebida preconceituosamente como uma educação de segunda categoria. (VIEIRA, 2010 p.3)

No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o objetivo do ensino secundário e normal e superior (atribuído como competência do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores) era o de “formar as elites condutoras do país” e o objetivo do ensino profissional (anteriormente afeto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. (VIEIRA, 2010 p.3)

No Período Democrático (1946 a 1963) e, na verdade, apenas na década de 50 é que se permitiu a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes. (VIEIRA, 2010 p.3)

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de equivalência de conhecimentos, só veio a ocorrer com a promulgação da Lei Federal n.º 4.024/61, a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), classificada pelo educador Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória”. (VIEIRA, 2010 p.3)

A nossa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, acabando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte”. (VIEIRA, 2010 p.3)

Já no Período Militar (1964 a 1985) com o golpe militar de 1964, houve nova centralização, os planos governamentais se tornaram importantes instrumentos de atuação e interferência do governo federal, e assim houve também perda significativa de função do Conselho Federal de Educação - CFE. (VIEIRA, 2010 p.3)

A Lei Federal n.º 5.692/71, que reformulou a Lei Federal n.º 4.024/61 no tocante ao ensino de primeiro e de segundo graus, atual educação básica, também representa um capítulo importante na história da educação profissional, ao introduzir a profissionalização generalizada no ensino médio, então denominado segundo grau. O efeito da Lei não interferiu diretamente na qualidade da educação profissional “tradicional” das instituições especializadas, mas interferiu no sistema público de ensino que não conseguiu oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país, num universo cada vez mais globalizado e competitivo. (VIEIRA, 2010 p.3)

A situação ficou complexa na reorganização da rede física do Estado de São Paulo, referente aos Cursos Técnicos que, organizados tradicionalmente em Ginásios Industriais, Comerciais e Agrícolas, agora deveriam assumir uma “formação geral básica” no 1º grau, e nos termos da nova Lei, o ensino do 2º grau havia se transformado, da noite para o dia, em “profissionalizante”, e, portanto o ensino de 2º grau teria, em princípio, sentido terminal de formação. (VIEIRA, 2010 p.3)

Na gestão de Paulo Maluf (1979/1982) o SENAI-SP tem uma forte participação no Governo e na definição das políticas do ensino técnico e de formação profissional, não só com dirigentes daquele órgão assumindo cargos de direção na Secretaria de Estado da Educação. (VIEIRA, 2010 p.4)

Esses efeitos foram atenuados pela Lei Federal n.º 7.044/82, de conseqüências ambíguas, que tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Por um lado, tornou o ensino de segundo grau livre das “amarras” da profissionalização, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas nessa modalidade de ensino.

Enfim, as leis n.º 5.692/71 e 7.044/82, além de se constituírem no principal fator determinante da falta de identidade do ensino médio, geraram também falsas expectativas diante da educação profissional. (VIEIRA, 2010 p.4)

Na Lei Federal n.º. 9.394/96 – LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - no Capítulo III, aborda sobre a Educação Profissional nos artigos 39 a 42. O parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. (VIEIRA, 2010 p.4)

O Decreto Federal n.º. 2.208/97 regulamenta a educação profissional, que no Art. 3º, compreende os seguintes níveis: (MEC, 2010 np)

I- Básico: destinado á qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II- Técnico: destinado á proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III- Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Após esse Decreto, mais propriamente o inciso 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da LDB - finalmente, são apresentadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e na Resolução CNE/CEB nº 04/99.

Em meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

Os novos desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

O Decreto 5.154/2004 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. (MEC, 2010, p.5)

Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Também nesse ano Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

O Decreto 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.

Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006 com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós- graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, elaborado durante o ano de 2007, esteve em consulta pública, por seis meses, recebendo críticas e sugestões de toda a sociedade. Em processo de revisão final, entra em vigência ainda no primeiro semestre de 2008, como importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semi-presencial e a distância. (MEC, 2010, p7)

Vale ressaltar que as unidades que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvem projetos de intercâmbio internacional nos

países que integram o MERCOSUL, a Comunidade de Língua Portuguesa – CPLP, e outros países como o Canadá. Além do mais, nos últimos anos tem sido intensa a procura dos países africanos para conhecer a educação profissional e tecnológica do Brasil, a fim de estabelecerem parcerias educacionais, visto que as experiências desenvolvidas na Rede Federal constituem-se em uma referência. (MEC, 2010, p.7)

A maior parte dessas parcerias visa também projetos de inclusão social da comunidade com a qual a unidade da Rede Federal esteja envolvida, caracterizando, assim, o compromisso com a extensão acadêmica. (MEC, 2010, p.7)

Outro aspecto muito importante é a confiança e conseqüente aproveitamento da mão-de-obra qualificada pelas unidades educacionais da Rede, como estagiários ou, posteriormente, funcionários, em empresas como a PETROBRÁS a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Vale, Grupo Votorantim dentre outras grandes empresas, assim como em outras de pequeno ou médio porte. Isso reflete a busca de parcerias frutíferas entre a Rede e o setor produtivo e a comunidade. (MEC, 2010, p.7)

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de 100 anos, cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos. (MEC, 2010, p.7)

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação Profissional e Tecnológica

está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nessa direção a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

Em 2007, na publicação do Ministério da Educação “O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE”, documento que expõe concepções e metas para a educação, no Item “2 - O plano de desenvolvimento da educação como programa de ação, subitem 2.3 - Educação Profissional e Tecnológica vê-se claramente a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira. (MEC, 2010, p.7)

CAPÍTULO 3 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SÃO PAULO

3.1 - Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)

O Centro Paula Souza mantém 186 Escolas Técnicas (Etecs) estaduais, distribuídas por 141 municípios paulistas. As Etecs ministram o Ensino Médio e o Ensino Técnico (que pode ser feito simultaneamente a partir do 2º ano do Ensino Médio ou após a conclusão deste ciclo). A partir do primeiro semestre de 2010, a instituição passa a contar com uma grade de 83 cursos técnicos, com duração média de 1.500 horas/aula (três semestres), 3 cursos técnicos oferecidos na modalidade semipresencial, 3 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 2 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diversos cursos tiveram a nomenclatura atualizada para se adequar ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). A cada processo seletivo (Vestibulinho), é preciso conferir quais os cursos oferecidos em cada unidade. (CPS, 2010np)

O Centro Paula Souza iniciou suas atividades em 6 de outubro de 1969. Mas as primeiras reuniões do Conselho Estadual de Educação para a criação da instituição aconteceram em 1963, quando surgiu a necessidade de formação profissional para acompanhar a expansão industrial paulista.

A idéia de criar um Centro Estadual voltado para a Educação Tecnológica ganhou consistência quando Roberto Costa de Abreu Sodré assumiu o governo do Estado de São Paulo, em 1967.

Em outubro de 1969, o governador Abreu Sodré assinou o Decreto-Lei que criou a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino Médio e Superior.

Em 15 de janeiro de 1968, o então Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, constituiu grupo de trabalho "que estudaria a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois a três anos". Em 06 de outubro de 1969 o Centro Paula Souza iniciou suas atividades, como uma entidade autárquica.

Em Fevereiro 1970 ocorreu a aula inaugural pelo Governador. Os cursos superiores de tecnologia estavam sob jurisdição do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo.

Em 20 de abril de 1970 o Conselho Estadual de Educação aprovou a instalação e o funcionamento do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo com os cursos: Construção Civil, nas modalidades Movimento de Terra e Pavimentação, Obras Hidráulicas e Edifícios, Mecânica, nas modalidades Desenhista Projetista e Oficinas. Em 1973 o Centro Estadual de Educação Tecnológica passou a denominar-se Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), abrangendo então as Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais (ETAEs).

Em 10 de abril de 1973 foi oficialmente criada a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP), e também incorporada ao CEETEPS. Em 2 de junho de 1974 foi aprovado o funcionamento do curso de Processamento de Dados, o qual foi autorizado em 21 de agosto do mesmo ano.

Os cursos das FATECs colocam no mercado de trabalho profissionais de nível superior, cuja formação abrange uma extensa gama de conhecimentos científicos, humanísticos e tecnológicos, graças à composição de currículos que respondem ao desenvolvimento tecnológico e econômico, adequando-se às demandas sociais por bens e serviços. (VIEIRA, 2010 p.10)

Atualmente o CEETEPS administra: 108 Escolas Técnicas, entre ETEs e ETAEs, e 18 Fatecs no Estado de São Paulo, atendendo a mais de 90 mil estudantes nos

níveis de ensino Médio, Técnico e Tecnológico, para os setores industrial, agropecuário e de serviços.

O CEETEPS é ligado a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e as FATECs são instituições públicas de ensino superior que ministram cursos concebidos e desenvolvidos para atender às necessidades e às exigências do mercado de trabalho.

Os Tecnólogos oriundos das Fatecs são profissionais de nível superior que, pela sua formação direcionada estão aptos à atuação imediata e qualificada em sua especialidade. Atuam em diversos campos profissionais, promovendo mudanças e avanços, fundamentando suas decisões no saber tecnológico e na visão multidisciplinar. Transformam o conhecimento científico e tecnológico em processos, projetos, produtos e serviços.

3.2 – INACI – INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA INTEGRAL

As mudanças decorrentes da globalização e da rápida evolução tecnológica tornam-se cada vez mais evidentes, o que exige do cidadão uma constante reciclagem na educação e um maior aperfeiçoamento de suas habilidades. (INACI, 2010np)

A Escola tem o papel de acompanhar o desenvolvimento do mundo globalizado e preparar seus alunos para atender todos os anseios e exigências da sociedade.

O Colégio Integral Inaci, especializado em Educação para jovens e adultos, há 30 anos vem desenvolvendo em seus alunos uma visão crítica e consciente das necessidades da vida moderna. Estimulando-o a participar de projetos e ações junto a comunidade, formamos cidadãos conscientes e participativos da sociedade em que vivemos.

Por meio de uma metodologia atualizada, procura-se desenvolver no indivíduo a curiosidade e interesse pelo mundo que o cerca, agregando valores de convivência e cidadã. (INACI, 2010np)

3.3 – CeFACS – CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Desde a década de 80, são oferecidos cursos de qualificação profissional de reconhecida qualidade, tanto pelos profissionais como pelas Organizações de Saúde.

A proposta pedagógica adotada pelo CeFACS busca oferecer aos alunos as melhores condições de aprendizagem prática, atualizada com a realidade do mercado de trabalho, dispendo das instalações e equipamentos de ponta do Hospital das Clínicas, mantendo um vínculo permanente entre Ensino e Serviço.

O CeFACS – Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Ciências da Saúde, mantido pela Fundação Zerbini, em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, promove o desenvolvimento de cursos de formação para o trabalho na área de saúde. (CeFACS, 2010np)

CAPÍTULO 4 – O PERFIL DO TÉCNICO EM FARMÁCIA

Os técnicos em farmácia desenvolvem um conjunto diversificado de atividades relacionadas com a prevenção, diagnóstico, terapia e reabilitação pelo uso de medicamentos. Normalmente integrados em equipas de saúde, estes profissionais desenvolvem o seu trabalho com autonomia técnica, variando as suas funções consoantes o contexto profissional em que são exercidas. (GSAT, 2010np)

No âmbito de uma farmácia hospitalar, por exemplo, estes técnicos intervêm em todas as fases da distribuição dos medicamentos, para que estes sejam utilizados de uma forma mais correta e racional possível. O seu trabalho abrange, assim, tarefas relacionadas com a distribuição dos medicamentos pelos diferentes serviços hospitalares, as suas condições de armazenamento, controle de validade, aquisição de novos produtos, gestão de stocks, etc. (GSAT, 2010np)

Nos estabelecimentos e serviços de venda ou fornecimento de medicamentos (como farmácias hospitalares, comunitárias, militares ou prisionais), cabe-lhes assegurar a dispensa de medicamentos, de acordo com a prescrição terapêutica. Nesse ato, é da sua competência informar e aconselhar os pacientes e outros profissionais de saúde para uma correta utilização dos medicamentos, alertando-os, por exemplo, para o modo como devem ser tomados, as suas contra-indicações e os efeitos secundários que podem provocar.

No domínio de trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços de saúde, compete a estes técnicos colaborar na identificação e resolução de problemas da comunidade no âmbito da utilização e consumo de medicamentos. Além disso, podem participar no planeamento e desenvolvimento de ações e programas de formação, educação e sensibilização e esclarecimento de pacientes e profissionais de saúde no âmbito da utilização e consumo de medicamentos.

A sua atividade é também desenvolvida em contexto industrial, onde pode

desempenhar diversas funções relacionadas com a produção, conservação e controle de qualidade de medicamentos, produtos químicos e bens alimentares. Alguns destes profissionais exercem, ainda, atividade de desenvolvimento e aprofundamento de saberes e técnicas próprias da sua área de intervenção, como sucede no domínio do ensino/investigação.

Dada a natureza das suas funções, é fundamental que estes profissionais trabalhem de um modo preciso e cuidadoso, devendo ter sempre presente que o uso de medicamentos interfere com a saúde e a vida de quem os utiliza. Quando dispensam medicamentos, é particularmente importante que sejam bons comunicadores, dado o contato frequente que têm com o público e o papel de aconselhamento e informação que desempenham no seu dia-a-dia: por exemplo, quando dão informações sobre determinado medicamento e sua correta utilização, devem fazê-lo de uma forma simples, clara e compreensível, tendo em conta o nível sócio-cultural do paciente. Juntamente com o gosto pelo contato humano, devem ter a capacidade para trabalhar eficazmente em equipe, pois tal faz parte integrante do seu cotidiano (por exemplo, com farmacêuticos, médicos, enfermeiros, colegas de profissão ou auxiliares de ação médica).

No setor público, os técnicos em farmácia encontram-se integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), trabalhando majoritariamente em hospitais (e, em alguns casos, nas administrações regionais de saúde). No setor privado, é comum encontrar estes profissionais em instituições privadas de saúde, farmácias comunitárias, laboratórios e empresas da indústria farmacêutica. A atividade por conta própria não é comum entre estes profissionais.

A situação atual dos técnicos em farmácia no mercado de trabalho é globalmente positiva, na medida em que o nível de procura é alto e o desemprego pouco frequente. A inserção na vida ativa apresenta-se, assim, relativamente fácil para aqueles que terminam a sua formação. (GSAT, 2010np).

4.1 - Formação e Evolução na Carreira

Regra geral, esta formação compreende aulas teóricas e práticas e períodos de estágio. No início, os seus planos curriculares integram normalmente disciplinas gerais nos domínios da anatomia, química, biologia, patologia e ciências ou cuidados de saúde. À medida que prossegue a formação, aumenta o número de disciplinas mais especificamente relacionadas com a profissão, como técnica laboratorial, farmacologia, farmacoterapia, métodos e técnicas de farmácia, organização e gestão em farmácia e tecnologia de produção em farmácia. (GSAT, 2010np)

A evolução profissional dos técnicos em farmácia depende do tipo de entidade para a qual trabalham. Os que se encontram empregados nos serviços públicos de saúde progridem de acordo com o que está legalmente estipulado (de Técnico de 2.ª Classe a Técnico Diretor). Os critérios considerados para esta evolução, dependendo da categoria em questão, incluem número de anos e qualidade do serviço prestado, avaliação curricular e prestação de provas públicas. A progressão nas categorias implica competências acrescidas, por exemplo, no âmbito da gestão dos recursos humanos e materiais, da coordenação e da avaliação das necessidades do serviço de farmácia ou até da investigação. No setor privado e cooperativo, estes profissionais têm a sua evolução profissional menos estruturada e refletindo majoritariamente na remuneração auferida, na especialização técnica e no nível de responsabilidades assumidas.

Independentemente do contexto em que exercem a sua atividade, estes profissionais devem ter a preocupação constante de atualizarem os seus conhecimentos técnico-científicos ao longo de toda a sua carreira profissional. Esta necessidade decorre, sobretudo do fato das ciências da saúde registrarem avanços sucessivos, cujo conhecimento atualizado é fundamental para o bom desempenho da profissão. A obtenção de conhecimentos complementares no contexto das tecnologias informáticas constitui um fato também relevante (por exemplo,

conhecimento de utilização de softwares úteis no domínio da gestão e controle de produtos farmacêuticos). (GSAT, 2010np)

4.2 - Condições de Trabalho

Considerando os seus diversos campos de atuação, estes profissionais podem trabalhar em diferentes locais: laboratórios, farmácias, salas de produção da indústria farmacêutica, estoque de medicamentos e de matérias-primas, hospitais, etc. Em regra, trabalham em ambientes limpos, iluminados, arejados e, por vezes, esterilizados, nomeadamente quando intervêm na produção de medicamentos. Neste caso, pode ser obrigatório o uso de roupa de proteção, incluindo luvas e máscaras, entre outros acessórios. (GSAT, 2010np)

Dada a diversidade das áreas de intervenção em que a profissão pode ser desenvolvida, as restantes condições de trabalho são também variáveis. Nos hospitais, por exemplo, a necessidade de garantir o permanente funcionamento das suas farmácias leva a que seja preciso trabalhar fora do período normal de trabalho. (GSAT, 2010np)

4.3 - Perspectivas

Em termos globais, espera-se que as ciências da saúde em geral, e da farmácia em particular, venham a conhecer avanços sucessivos nos próximos anos, na medida em que as crescentes preocupações mundiais com a saúde têm levado a que se aposte cada vez mais no desenvolvimento da medicina e na pesquisa de novos produtos farmacêuticos. (GSAT, 2010np)

O aumento da expectativa de vida, apesar de ser também um resultado desta tendência, é igualmente um fator de desenvolvimento, uma vez que as pessoas idosas têm, à partida, maior necessidade de medicamentos que as camadas populacionais mais jovens. Espera-se, assim, que estes profissionais sejam cada vez mais necessários nos domínios da investigação, produção, distribuição e venda de medicamentos. (GSAT, 2010np)

Crê-se, também, que a vocação, a responsabilidade e a capacidade de educar os cidadãos sejam requisitos cada vez mais exigidos aos técnicos de farmácia, pois as suas funções de esclarecimento e formação dos usuários de medicamentos têm vindo a ganhar maior importância. Por exemplo, tem-se verificado que as farmácias participam cada vez mais em campanhas de promoção da saúde, nomeadamente no domínio da toxico dependência e das doenças sexualmente transmissíveis. Por outro lado, tem-se assistido à crescente necessidade - e exigência - dos pacientes de serem informados, nomeadamente no que diz respeito ao uso dos medicamentos. O cenário futuro destes profissionais afigura-se, assim, promissor, considerando que o seu perfil deverá enriquecer-se, através de uma maior especialização e diversificação das suas funções. (GSAT, 2010np)

CAPÍTULO 5 - EVASÃO ESCOLAR

Evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. O fenômeno da evasão escolar, conceituado como o abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo, antes da conclusão de uma série e conseqüentemente, de um curso. Trata-se de uma verdadeira ameaça à realidade educacional de muitos países do mundo, tendo no Brasil um dos campeões desta situação negativa e vergonhosa. (BISSOLI, 2010, p.4)

Na concepção de Bissoli (2010) a evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinados. Basta considerar aspectos como o custo de uma sala de aula completa com 30 (trinta) alunos, que é o mesmo de uma com apenas 10 (dez), quando 20 (vinte) são evasores.

Além dos prejuízos diretos, sobrevêm outros ainda mais sérios, tais como a perda da capacidade de desenvolvimento, pois este só existe com cidadãos preparados como seres humanos e como profissionais. Quanto à sociedade como um todo, os principais custos da evasão escolar são relativos a manutenção de programas sociais como saúde, assistência social, seguro desemprego e outros e, maior probabilidade de que pessoas com menor nível educacional se envolvam em atividades anti-sociais de alto risco, como crime, uso de drogas, gravidez precoce que geram custos adicionais à sociedade. (BISSOLI, 2010, p.2)

5.1 - Causas da Evasão:

A permanência dos alunos na escola é um dos grandes desafios da educação. A escola como determina a LDB, deve garantir a entrada e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos. (MORAES, 2010, p.15)

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada pelo sistema de ensino e pela comunidade. As conseqüências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a Lei. (MORAES, 2010, p.16)

A falta de educação de qualidade que seja atraente e não excludente e a pobreza são algumas das causas do vertiginoso aumento da violência que nosso País vem enfrentando nos últimos anos. O combate à evasão escolar nessa perspectiva surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, beneficiando toda a sociedade. Infelizmente inexistem mecanismos efetivos de combate a evasão escolar no nível de escola, ou no nível de sistema de ensino. (MORAES, 2010)

Na verdade, muitas são as causas da evasão escolar. Tendo como ponto de partida a questão político- social, pelo fato de não haver uma responsabilidade educacional, por parte daqueles que se responsabilizam pelo governo, em seus diferentes âmbitos. Algumas destas causas são fixas, portanto, crônicas. (BISSOLI, 2010, p.5)

Segundo Bissoli (2010) outras causas vão surgindo com o correr do tempo e as transformações criam oportunidades para que elas se transformem em um sério problema para toda a sociedade, tais como:

- cansaço natural dos alunos, após um dia de trabalho, impedindo freqüência regular e atenção às aulas;
- falta de professores devidamente especializados para o ensino elementar a adultos, de vez que as escolas normais têm como mira especial o ensino a alunos;
- falta de material didático variado e ajustado aos interesses e necessidades do estudante adulto;

- instabilidade do local de trabalho, especialmente no caso das domésticas e dos operários em construções, que abandonam a escola onde estavam para não enfrentarem o preço demasiadamente alto das passagens, quando têm que procurar emprego em lugar distante.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2010) várias são as possíveis causas da evasão escolar:

- Falta de acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno;
- Dificuldades com transporte escolar: superlotação, precariedade, distante da escola;
- Problemas familiares;
- Dificuldades de aprendizagem;

Existem outras causas identificadas na experiência do cotidiano da escola, tais como: a falta de auto-estima, fragilidade na saúde, má alimentação, desvios por má companhia, ausência de perspectivas futuras, incapacidade para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores, além de outras. (BISSOLI, 2010, p.6)

A experiência mostra que além das causas elencadas pode ser destacada, ainda, uma série de outras, sendo algumas semelhantes ou complementares àquelas. (BISSOLI, 2010, p.6)

Segundo Queiroz (2004), os estudiosos têm analisado o fracasso escolar, a partir de duas perspectivas: dos fatores externos à escola, e, a partir de fatores internos. Como fatores externos, a autora relaciona o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E como fatores internos a própria escola, a linguagem e o professor.

Trata-se de uma tarefa complexa, posto que para detectar tais causas, há diversos interesses que camuflam a real situação a ser enfrentada. Com efeito, à colher

informações juntos aos professores e/ou diretores, muitos apontarão como causa da evasão as questões envolvendo os alunos. Estes por sua vez, apontam como motivo a própria escola, quando não os professores diretamente, entre outras causas. Há uma troca de “acusações”, quanto aos motivos determinantes da evasão. O importante é diagnosticar o problema para buscar a solução, já que para cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado. (BISSOLI, 2010, p.3)

Enfim muitas tentativas foram feitas no sentido de responder as causas da evasão escolar. Grande parte da evidencia empírica mostra que a evasão escolar e pobreza são, intimamente, ligadas e que o trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais. Pode-se argumentar que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção dos retornos futuros levem o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. Outros estudos privilegiam os efeitos de restrições de renda e de crédito como causas de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo.

Uma linha de investigação que não vem sendo explorada devido à falta de dados é composta de perguntas diretas aos jovens que saíram da escola sobre as suas respectivas motivações: seria a necessidade imediata de geração de renda ou seriam os baixos retornos futuros, tal como percebidos por eles ou pelos gestores (FGV, 2010, p.21).

CAPÍTULO 6 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta do projeto inicial era de localizar os alunos que se evadiram do curso técnico em farmácia no período de abr/08 a fev/10 para identificar as causas da evasão escolar.

Neste período foram matriculados 60 alunos, dos quais 23 desistiram do curso técnico. Dos 23 alunos desistentes, somente 10 foram contatados por telefone (13 alunos tinham alterado o número de telefone) para envio por e-mail do questionário padronizado (anexo 1). Infelizmente somente 1 aluno retornou e-mail com o questionário respondido.

Através de pesquisa bibliográfica observou-se situação idêntica na avaliação de evasão escolar em escola técnica agrícola: a dificuldade em encontrar os alunos evadidos.

A proposta da monografia então sofreu alteração. O novo critério de inclusão para aumentar o tamanho da amostra foi admitir alunos que, mesmo cursando o curso técnico em farmácia cogitaram desistir do curso ao menos 1º vez em algum momento.

O professor ao entrar na sala de aula do dia 15 de junho (FINACI) e 16 de junho de 2010 (CeFACS) e perguntou aos alunos sobre o interesse em desistir do curso ao menos 1 vez. Este processo de inclusão de “sujeitos” de pesquisa forneceu o total de 27 alunos.

Para estes alunos (27) foram entregues os questionários e recolhidos após 15 minutos (tempo médio para as respostas).

Os dados foram coletados e analisados no mês de jun/2010 no programa estatístico SPSS v.17 e os gráficos gerados em Excel, sendo apresentados a seguir:

CAPÍTULO 7 – RESULTADOS

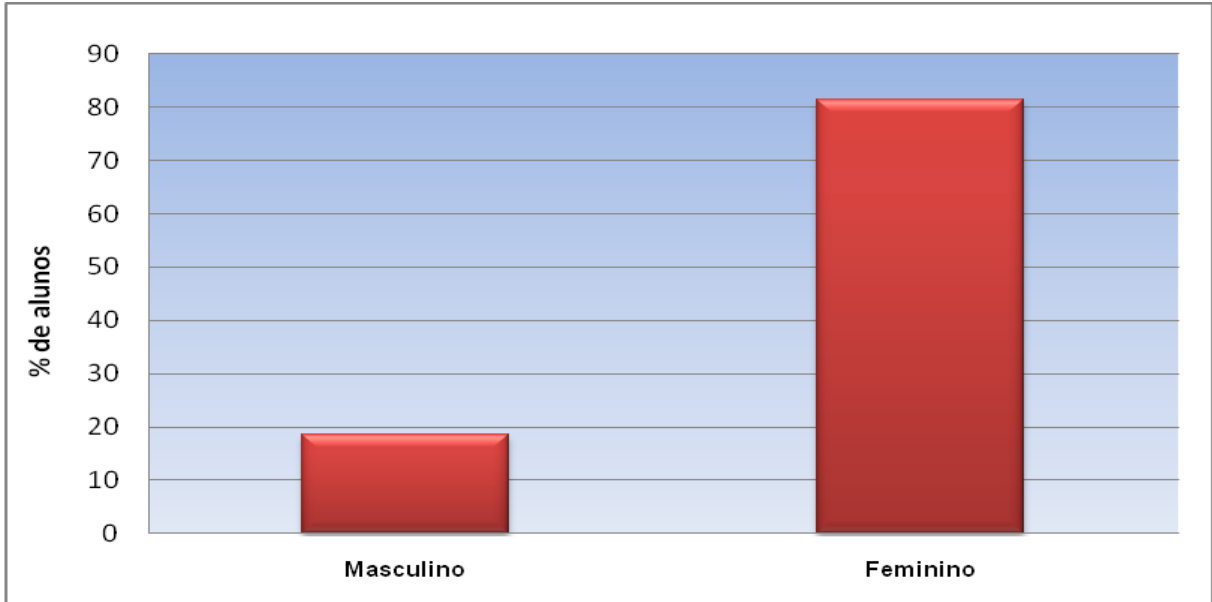


Gráfico 1. Perfil dos alunos em relação ao gênero

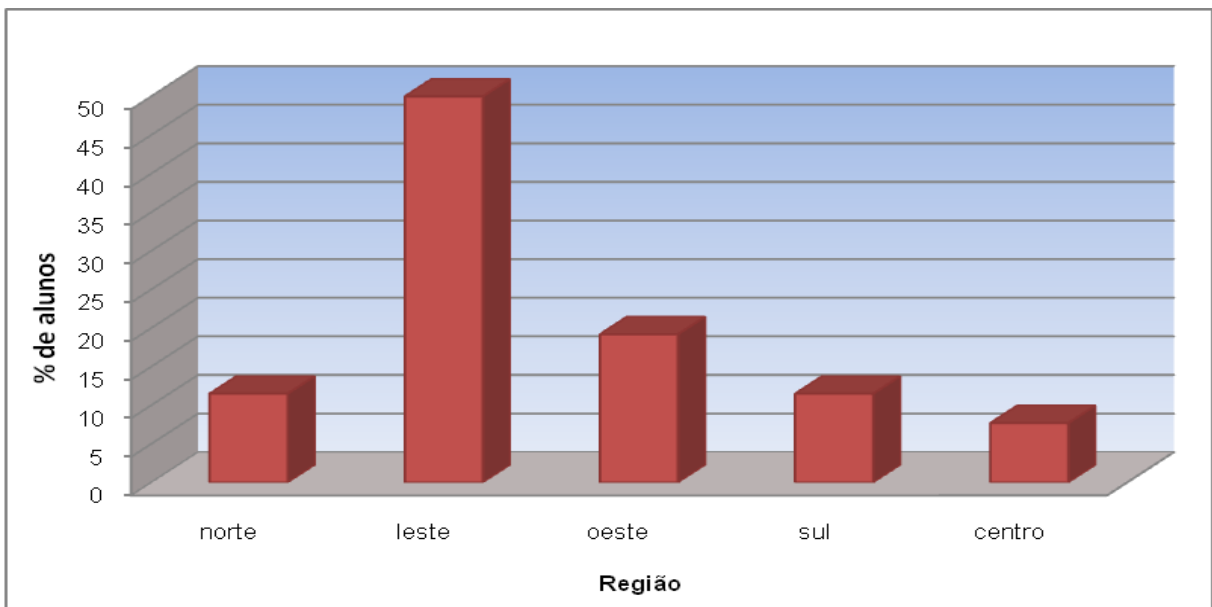


Gráfico 2. Perfil dos alunos em relação a região de moradia na cidade de São Paulo

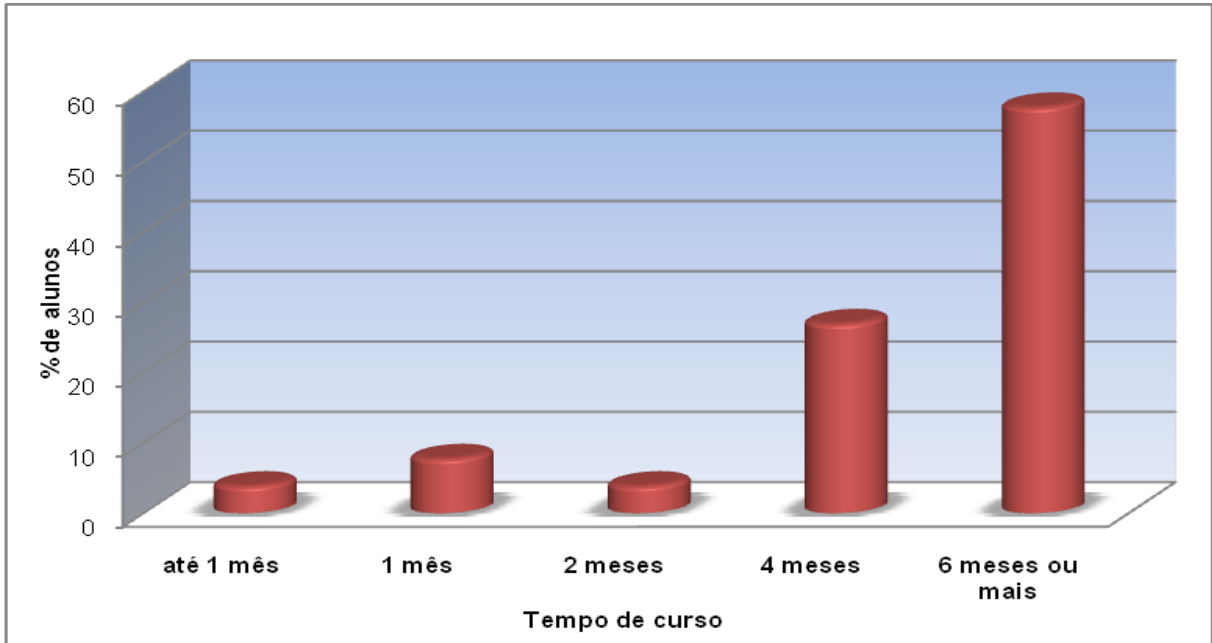


Gráfico 3. Período durante o curso em que os alunos cogitaram a possibilidade de evasão escolar.

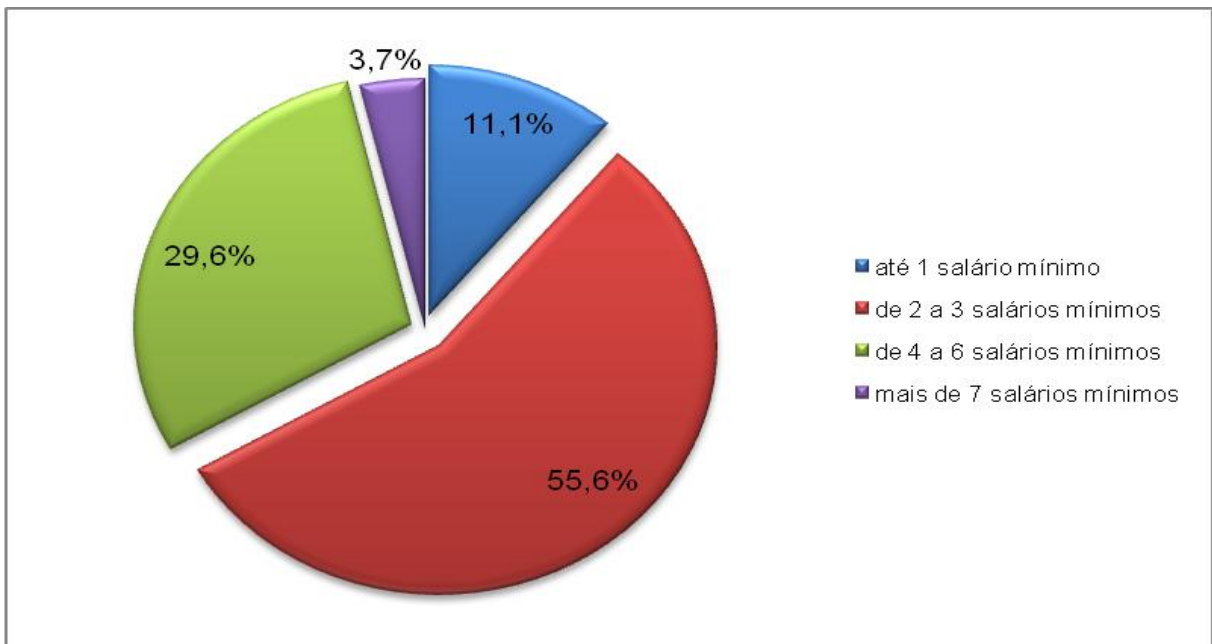


Gráfico 4. Renda familiar

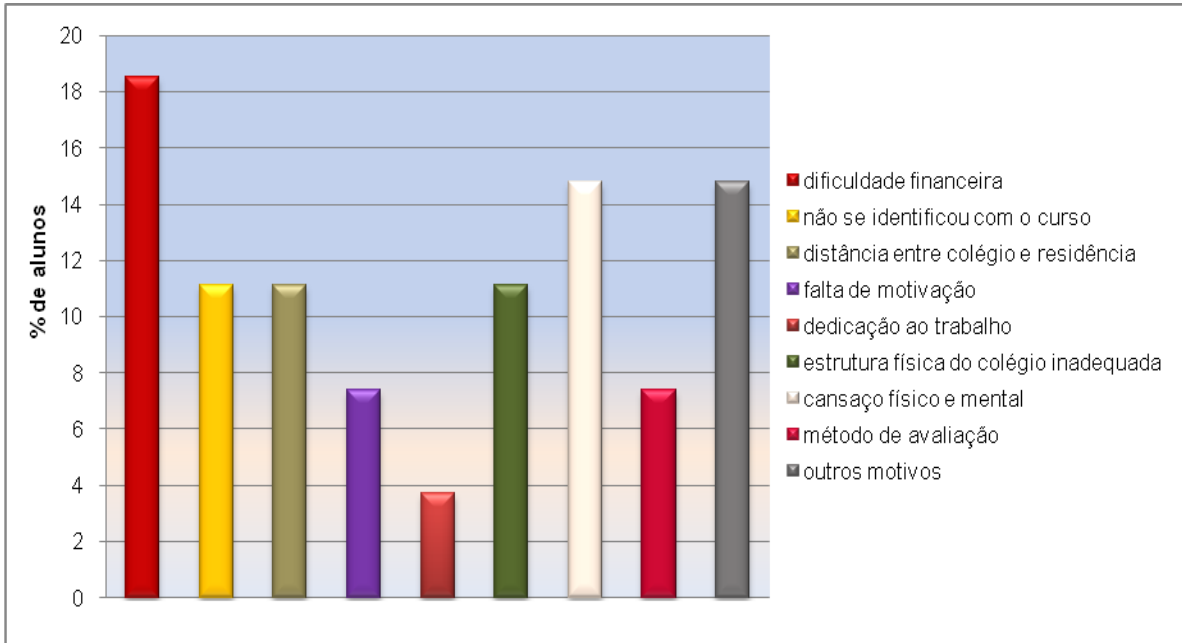


Gráfico 5. Razões da evasão escolar

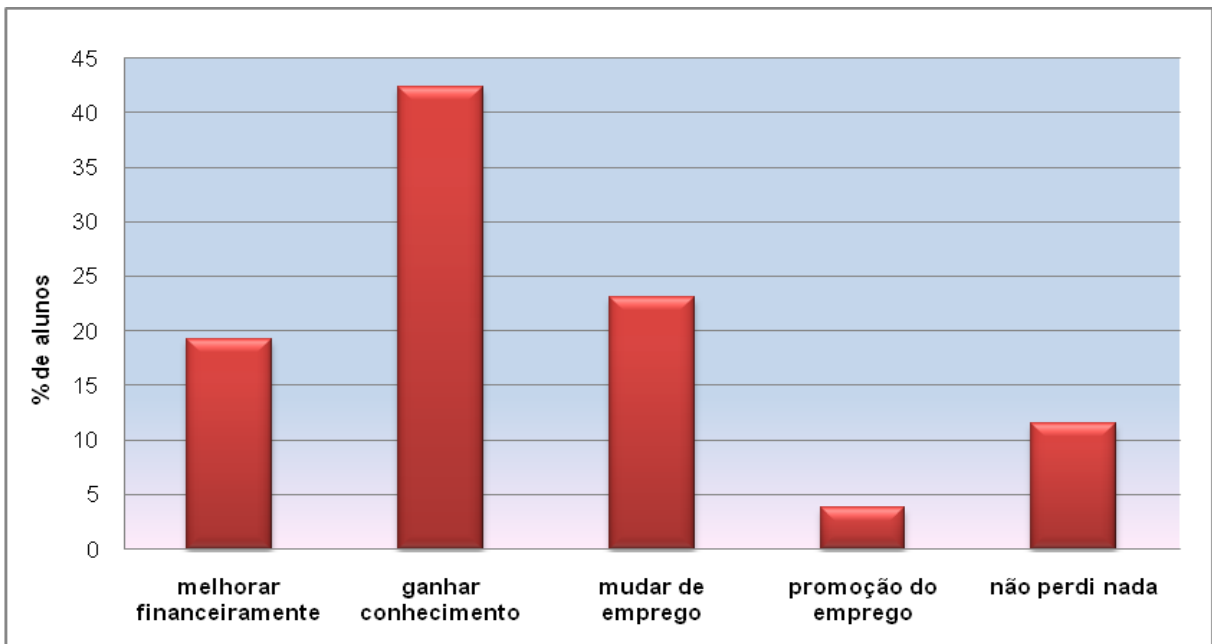


Gráfico 6. Oportunidade pessoal "perdida" após a evasão escolar

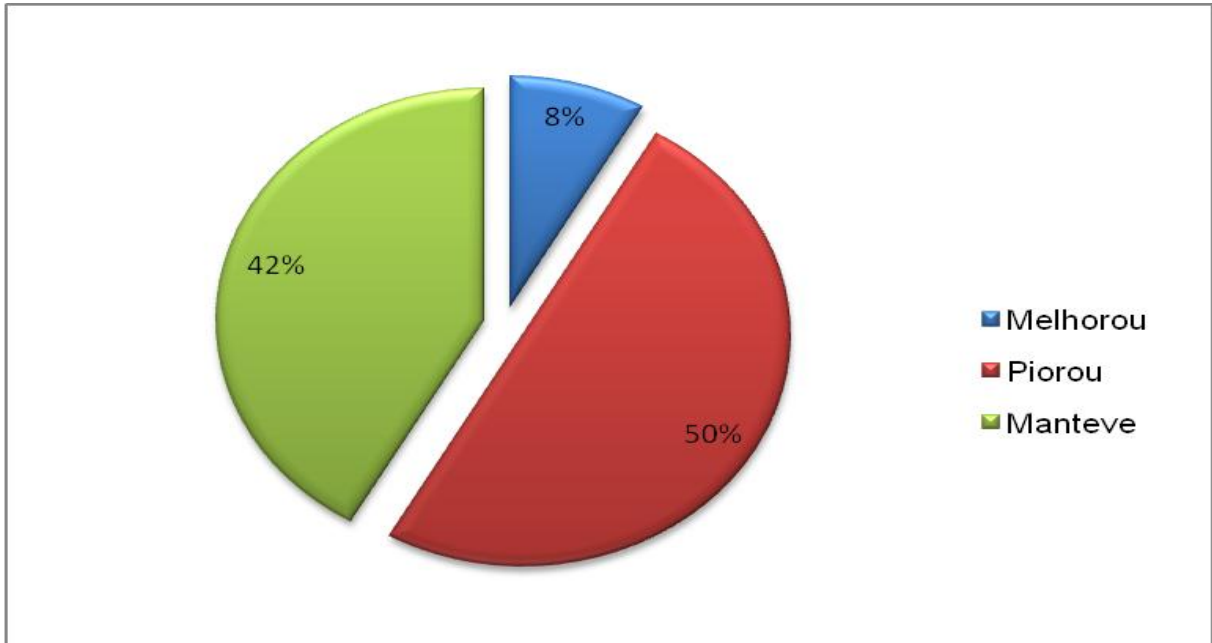


Gráfico 7. Percepção da "qualidade de vida" após a possível evasão escolar

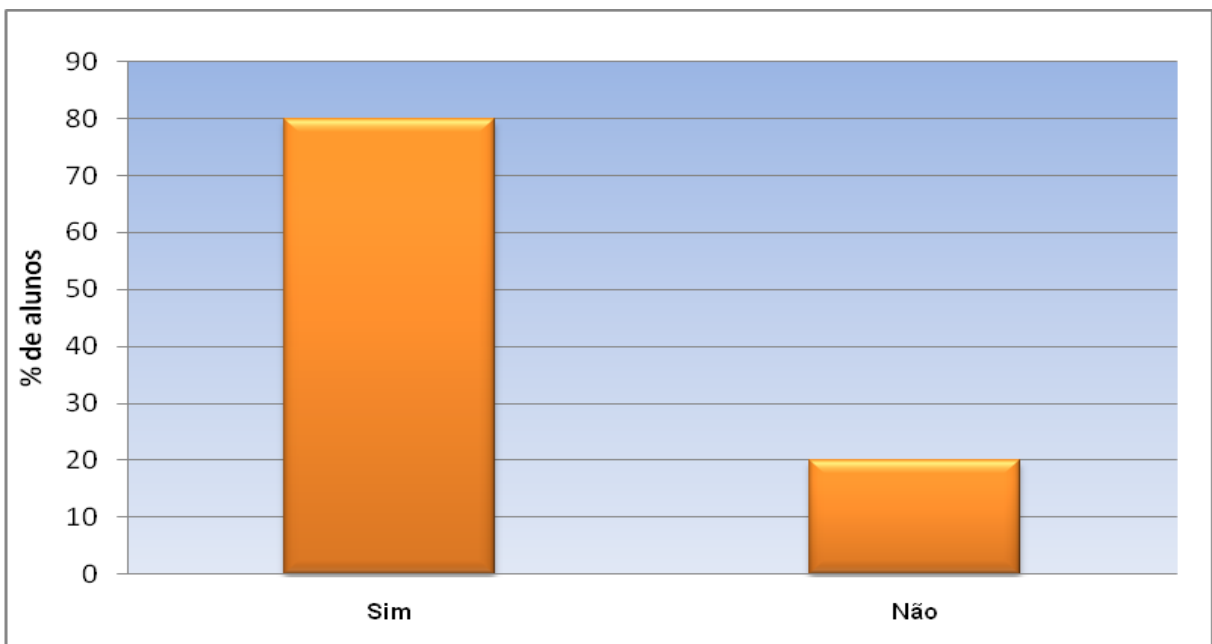


Gráfico 8. Retorno ao curso técnico em farmácia após a evasão escolar

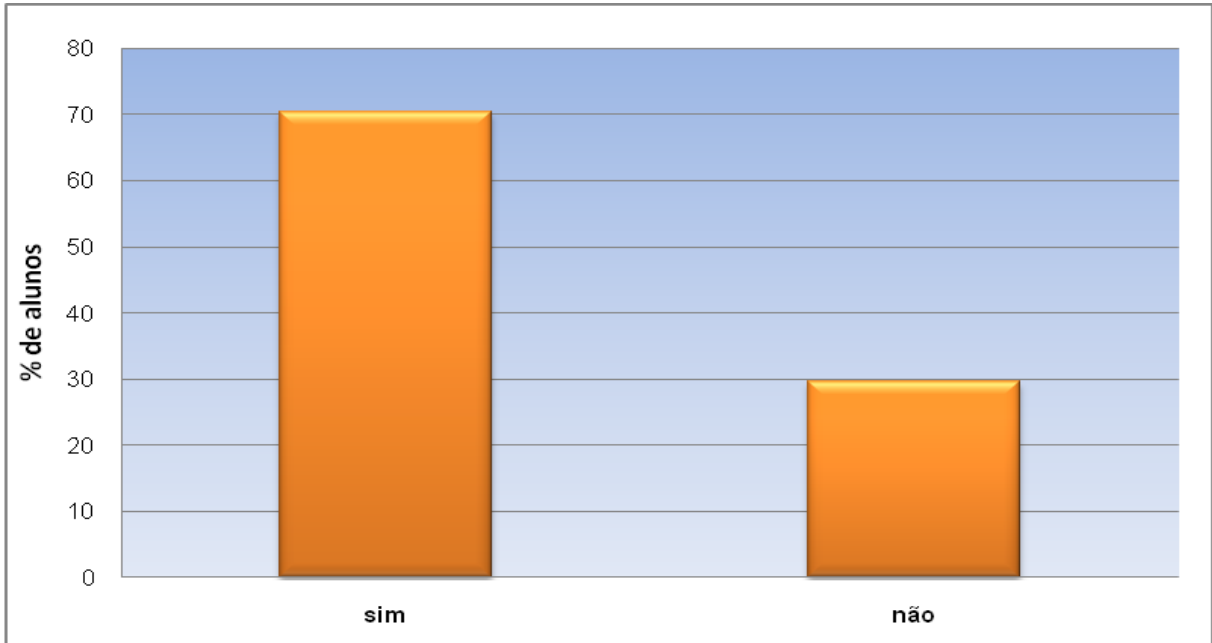


Gráfico 9. Recomendação do colégio em que estuda aos amigos e familiares

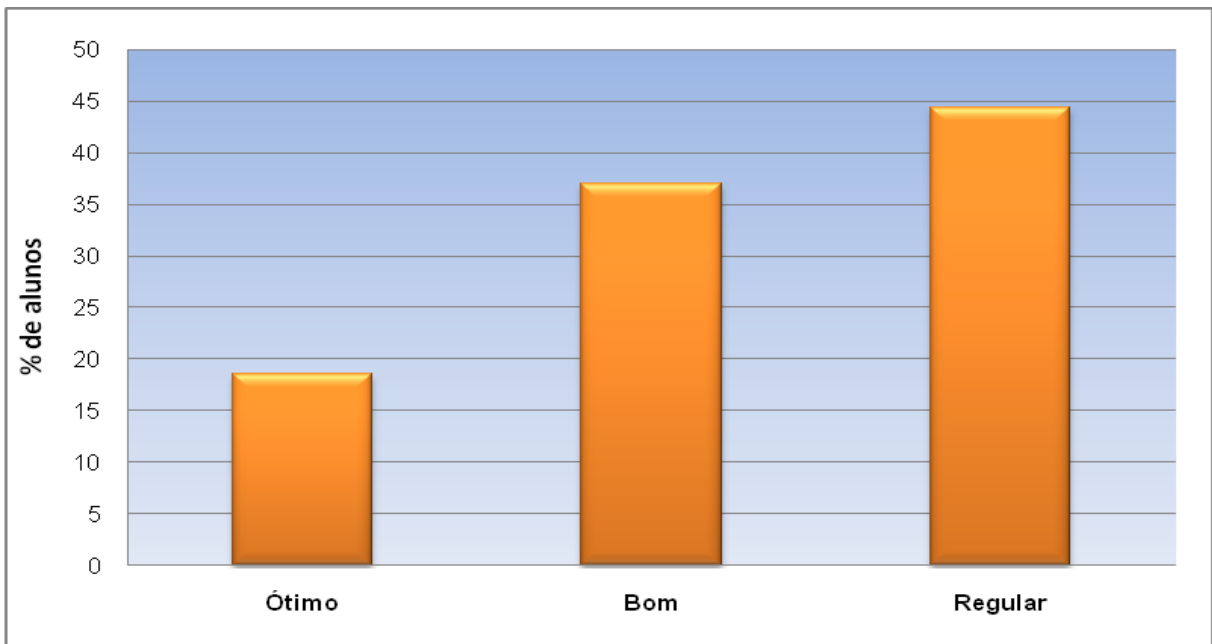


Gráfico 10. Avaliação geral dos colégios técnicos na perspectiva do aluno

CONCLUSÃO:

A análise dos dados mostra que a idade dos 27 alunos avaliados variou de 17 a 59 com média de 28,7 anos. Em relação ao gênero 81,5% dos alunos são do sexo feminino, situação comum ao exercício das profissões da área da saúde, no qual existe o predomínio deste sexo.

Os alunos residem em sua maioria na região leste (50%), oeste (19,2%), norte (11,5%), sul (11,5%) e centro (7,7%). Observamos que a maioria dos alunos residem em regiões distantes dos colégios, pois, ambos (FINACI e CeFACs) estão localizados na região central de São Paulo.

Quando questionados sobre o 1º momento em que cogitaram a desistir do curso, 57,7% dos alunos cogitaram essa possibilidade no 6º mês e 25,9% no 4º mês após o início. Baseado neste resultado pode-se supor que ao decorrer do curso os alunos iniciaram processos de reflexão sobre o curso ao qual estavam matriculados e seus reais ganhos futuros.

Em relação à renda, 55,6% dos alunos, informaram ter rendimentos familiares de 2 a 3 salários mínimos. Estes valores em tese seriam suficientes para arcar com a mensalidade do curso técnico em farmácia.

Porém, quando questionados sobre o motivo que os levariam a desistir do curso, 18,5% informaram que a dificuldade financeira é o principal fator. A 2ª causa de desistência relevante seria o cansaço físico e mental com 14,8% das respostas.

Sobre a oportunidade perdida ao desistir do curso os alunos informaram que 42,7% perderiam a oportunidade de ganhar conhecimento, 23,1% de mudar de emprego e 18,5% de melhorar financeiramente. Esta variável é de muito interesse, pois, nos mostra a percepção que o aluno tem sobre a importância do aprendizado e conhecimento para sua vida. Neste resultado também podemos observar a expectativa dos alunos sobre a Instituição Escola (**ganho de conhecimento**).

A conclusão acima defendida é reforçada pelas repostas adquiridas quando os alunos foram indagados sobre a condição de sua vida de um modo geral após a evasão do curso. Dos alunos que responderam a essa questão, 50% concluíram que sua vida ficaria *pior*, 37% concluíram que sua vida se *manteria* nas mesmas condições como é atualmente e 7,4% concluíram que sua vida *melhoraria*. Desta forma podemos concluir que o aluno acredita que “estudar” ainda é o melhor caminho.

Outro ponto favorável a esta conclusão é o fato que 80% dos alunos voltariam a estudar o curso técnico em farmácia após a evasão escolar.

Ao analisarmos **os colégios** observamos que os alunos estão satisfeitos. Dos 27 alunos, 55,5% consideram os colégios ótimo/bom e 44,4% regular.

Os colégios também seriam recomendados para amigos e familiares por 70,4% dos alunos mesmo após a evasão escolar.

Do ponto de vista administrativos e pedagógico escolar acredito que um ponto que deva ser melhorada seja a “estrutura física e método de avaliação” que para 18,5% dos alunos são consideradas razões importantes para a evasão escolar

Estes resultados nos mostram que os alunos mesmo desistindo do curso continuam a acreditar que o estudo é a melhor forma de mudar de condição sócio-econômica-cultural, porém a surpresa é sem dúvida o fato desses mesmos alunos afirmarem que a maior perda com a evasão escolar seria o conhecimento que não seria mais adquirido.

Esta análise nos leva a uma motivação maior dentro da docência. Uma motivação a levar o conhecimento a estes alunos de uma forma competente e digna para corresponder as suas expectativas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, B.A. A educação tecnológica para a indústria brasileira. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v.1, n. 1, p.69-84, 2008.

BISSOLI, S.C.A: **EVASÃO ESCOLAR: o caso do Colégio Estadual Antonio Francisco Lisboa**. Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/evasao_escolar.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

Centro de Formação e Aperfeiçoamento em Ciências da Saúde – CeFACS. Disponível em: <<http://www.cefacs.org.br/quem.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

CENTRO PAULA SOUZA. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/QuemSomos/Perfil_Historico/Perfil_Historico.html>. Acesso em: 20 de maio de 2010

CRUZ, N.P. **A importância do papel do ensino profissionalizante face ao processo de industrialização de Juiz de Fora**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/c8-Art4.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

ENSINO PROFISSIONALIZANTE – MUNDO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/educacao/ensino-profissionalizante.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

FERREIRA, M.A.L. **Evasão Escolar**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/159.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Motivos da Evasão Escolar**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>> Acesso em: 20 de maio de 2010.

G-SAT CONNECTING PEOPLE PROFISSÕES. Disponível em: <<http://www.g-sat.net/profissoes-1478/tecnico-de-farmacia-97300.html>> Acesso em: 20 de maio de 2010.

INTITUTO NACIONAL DE CULTURA INTEGRAL – INACI. Disponível em: <<http://www.colegioinaci.com.br/institucional.php>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

MALUF, S.D. **Ensinar ou Encenar? Uma proposta metodológica para o ensino profissionalizante.** Maceió: EDUFAL. 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf> > Acesso em: 20 de maio de 2010.

MORAES, R.E. **Evasão escolar.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/748-4.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2010.

QUEIROZ, D. L. **UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR: PARA SE PENSAR NA INCLUSÃO ESCOLAR.** Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: 20 maio de 2010.

VIEIRA, G.S. **Educação profissional e os APLs: uma ação efetiva na promoção do desenvolvimento regional.** Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/out/artigos/Artigo%20_Educao_Profissional_e_APLs_Sebastiao.doc>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

WIKIPEDIA. **Educação Profissional.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_profissional> Acesso em 20: de maio de 2010

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1 - Sexo

()M ()F

Idade:_____

2- Qual a região de São Paulo que você mora?

() norte ()leste () oeste () sul () centro

3- Durante quanto tempo você cursou o curso Técnico em farmácia?

() até 1 mês

() 1 mês

() 2 meses

() 4 meses

() 6 meses ou mais

4- Qual a renda familiar? (somatória dos salários de todas as pessoas da casa)

() até 1 salário mínimo

() de 2 a 3 salários mínimos

()de 4 a 6 salários mínimos

() mais de 7 salários

5- Porque você desistiu do curso? (somente 1 resposta)

() dificuldade financeira (Qual:_____)

() não se identificou com o curso

- distancia entre o colégio e residência/trabalho
- doença incapacitante
- atendeu a pedidos de pais, esposo(a), filhos, amigos, etc .
- falta de interesse,
- falta de motivação
- dedicou-se totalmente ao trabalho
- a estrutura física do colégio não é adequada
- os professores não atenderam as suas expectativas
- cansaço físico e mental
- método de avaliação aplicado (provas)
- mudança para outro colégio (qual motivo?)_____
- outro motivo (qual?)_____

6- Na sua opinião qual **a oportunidade que você perdeu** quando desistiu do curso:

- perdi a oportunidade de melhorar financeiramente
- perdi a oportunidade de ganhar conhecimento
- perdi a oportunidade de fazer novos amigos
- perdi a oportunidade de mudar de emprego
- perdi a oportunidade de ter uma promoção no emprego
- não perdi nada

7- De modo geral você acha que **após a desistência** do curso sua vida:

- Melhorou (Porque?)

Piorou (Porque?)

Manteve(Porque?)

8-Você tem interesse em voltar a estudar o curso técnico em farmácia?

sim não

9- Você recomendaria o Colégio?

sim não

10- Avaliação geral do colégio.

ótimo bom regular ruim péssimo